



Moção A

(aprovada com 57 votos a favor e 1 abstenção)

AGIR SINDICALMENTE NO NOVO CONTEXTO POLÍTICO

A derrota do governo PSD/CDS e a formação de um governo do PS com o apoio parlamentar dos partidos à sua esquerda, situação nova na democracia portuguesa e rara no contexto europeu, criou legítimas expectativas entre os trabalhadores, expectativas que no caso da educação, se reforçaram com medidas tomadas desde logo pelo novo governo e pelo novo parlamento: a extinção da PACC e do “exame Cambridge”, a extinção dos exames nacionais no 4º e 6º anos, a racionalização do processo de colocação dos docentes, a moralização, assente no respeito pela lei, da celebração de contratos de associação com colégios privados, o alargamento do regime transitório da carreira docente do politécnico e a vinculação de muitos docentes já doutorados ou com o título de especialistas.

Para toda a administração pública e para os pensionistas, a aceleração da devolução de rendimentos mediante o fim “dos cortes salariais” e o regresso às 35 horas de trabalho semanal foram recebidas como medidas positivas, sobretudo quando confrontada com as propostas apresentadas PSD/CDS no seu programa eleitoral e de governo.

Abrangendo a generalidade dos cidadãos, são também medidas positivas o fim, mesmo que faseadamente, da CES e da sobretaxa sobre o IRS, bem como a interrupção do processo de privatizações dos transportes.

Todo este conjunto de medidas, a que deve acrescentar-se um discurso por parte do ME reconhecendo justiça em várias reivindicações dos professores, corporizadas em reivindicações dos sindicatos da FENPROF, como a necessidade de reduzir o número de alunos por turma, de combater o insucesso escolar, de racionalizar de forma positiva os horários dos docentes, de rever a legislação de concursos e de modificar o modelo de gestão das escolas, criaram entre os docentes um estado de espírito marcado por uma certa confiança e distensão face à enorme crispação criada pelo consulado de Nuno Crato.

PSD e CDS não tardaram em reagir a esta nova orientação, em parte contrária à política sustentada nos últimos 4 anos e para a qual alardeavam “não haver alternativa”. Protestaram contra a “reversão” de medidas de Nuno Crato alegando ser necessário dar “continuidade às políticas educativas em torno de consensos”, esquecendo que Nuno Crato tomara essas medidas sem a procura de qualquer consenso e, no caso dos exames do 4º e 6º anos e no apoio escandaloso aos colégios privados, rompendo com consensos largamente estabilizados.

Reconhecendo implicitamente a incapacidade dos sindicatos que lhes são próximos, particularmente a FNE, mobilizarem a classe docente contra estas medidas – o que no fundo os colocaria, mais uma vez, contra os interesses dos docentes e da escola pública - PSD e CDS iniciaram uma intensa e insidiosa campanha contra a FENPROF, acusada de abandonar os interesses dos professores em nome do apoio ao governo, e de ter abandonada as “ações de luta”, campanha em que não hesitaram em atacar soezmente o secretário geral da FENPROF. Os líderes e comentadores políticos de direita tomaram o ministro da Educação como um dos alvos preferenciais – eles sabem bem do peso social (e eleitoral) dos professores e educadores e tudo tentarão para, exacerbando interesses estritamente corporativos, usarem a classe docente e as reais dificuldades do sistema educativo para denegrir a imagem do governo, num canto de sereia que é necessário combater com lucidez e inteligência.

A missão primeira de um sindicato é defender os interesses e direitos dos seus associados e da profissão que representa, com independência face a partidos políticos e confissões religiosas ou outras. Mas não lhe é indiferente o contexto político e governativo em que exerce a sua intervenção – asserção particularmente relevante no caso dos sindicatos da FENPROF que sempre associaram a defesa dos interesses profissionais dos docentes à construção de uma escola pública de qualidade para todos e de uma sociedade baseada na procura crescente da justiça social e da igualdade.

Os sindicatos da FENPROF não podem deixar de definir objetivos reivindicativos e de lutar arduamente por atingi-los. Não podem deixar de mobilizar os docentes para essas lutas; mas não podem deixar transformar-se em armas de arremesso da direita contra um governo de quem justificadamente se esperam novas medidas positivas e disponibilidade para negociar, pelo menos enquanto não for perceptível a possibilidade de uma nova forma governativa mais útil para a defesa dos trabalhadores.

Neste contexto, torna-se imperioso exigir que os Ministérios ponham em prática as negociações sobre matérias já anunciadas e/ou exigidas pela classe docente e de investigação:

- a revisão da legislação dos concursos docentes, acoplada à vinculação dos docentes contratados e à definição adequada dos quadros das escolas. Sobre esta matéria, a FENPROF já entregou ao ministério da Educação um conjunto de princípios que tem vindo a discutir com os professores e educadores, preparando o terreno para que, no quadro da negociação, a iniciar a 30 de novembro, todos estejam atentos às propostas que vierem a ser apresentadas.
- denunciar a atual irracionalidade dos horários dos docentes, nomeadamente pondo termo à inclusão na componente não letiva de estabelecimento de práticas que são de facto letivas (designadamente as coadjuvações e o apoio não individualizado de alunos), diminuindo a carga burocrática e o excesso de intermináveis reuniões e, no caso do 1º ciclo, considerando os intervalos como incluídos na componente letiva do horário.
- a redução do número de alunos por turma, princípio que o ME diz aceitar, mas sem que se conheçam passos para a sua concretização.
- A aprovação de medidas que permitam a vinculação de docentes do ensino superior com muitos anos de serviço, em regime de tempo integral ou de dedicação exclusiva:
 - leitores e professores auxiliares convidados;
 - docentes do Politécnico excluídos do regime transitório.
- o início das negociações em torno do descongelamento e progressão nas carreiras docentes e de investigação (contagem integral de todo o tempo de serviço) e o regresso ao princípio de atualização salarial anual.
- a alteração imediata da legislação sobre a aposentação dos docentes, questão que os recentíssimos estudos sobre a elevada idade média dos docentes em exercício e o elevado número de docentes mais novos sem colocação trouxeram mais uma vez para a ribalta. É necessário relançar a exigência da aposentação para os docentes com 40 anos de serviço, independentemente da idade, como primeiro passo para a negociação de condições de aposentação que tenham em devida conta as exigências e o desgaste da profissão.
- a revisão do modelo de gestão e administração das escolas/agrupamentos, de modo a acentuar a sua democraticidade, que não é garantida com o atual modelo do diretor, situação agravada pelo facto de a ele estarem intrinsecamente submetidos os conselhos pedagógicos e os órgãos intermédios. A FENPROF relançará, a curto prazo, documentos para análise, tomada de posição e mobilização dos

professores; no contexto deste debate deve exigir-se a reversão dos mega-agrupamentos, bem como o fim do atual modelo de municipalização.

- a construção de um modelo de avaliação que contribua efetivamente para o combate ao insucesso e ao abandono escolar, a melhoria das aprendizagens e condições de trabalho, em defesa duma escola democrática e de qualidade.

No que respeita ao Ensino Particular e Cooperativo/Ensino Profissional o SPGL/Fenprof continuará empenhadamente a defender a negociação de um novo CCT que valorize o exercício da profissão nestes setores de ensino. Quanto à IPSS continuará a defender a manutenção do atual CCT sem congelamentos nas carreiras. No Ensino Superior Particular e Cooperativo importa conseguir um instrumento de regulação da contratação e das carreiras docentes e da investigação que seja negociado com o sindicato.

A luta sindical nas escolas e na rua, e a negociação em torno destas questões estruturantes da profissão, que se apresentam como questões “imediatas” não podem fazer esquecer as lutas mais específicas e que dizem respeito a grupos específicos de docentes:

- a concentração junto ao ME no dia 23 de novembro dos docentes vinculados mas retidos no 1º escalão da carreira (índice 167), desrespeitando os seus anos de serviço e os docentes dos 4º e 6º escalões da carreira docente, impossibilitados de progredir por ausência de legislação que o ME deveria ter produzido;
- o conjunto de ações dos sindicatos da FENPROF envolvendo docentes da educação especial. No caso do SPGL, ação que decorre no dia 5 de dezembro na escola Secundária D. Pedro V, Lisboa.
- o Encontro Nacional do Professores a realizar no dia 7 de dezembro, em Lisboa para fazer o balanço crítico do 1º ano deste governo na Educação e perspetivar a ação futura.
- plenários regionais para debate sobre os princípios subjacentes à revisão da regulamentação do concurso dos docentes.

O envolvimento dos professores e educadores na discussão das questões essenciais que se põem ao exercício da profissão docente e na consolidação de uma escola pública de qualidade para todos e a sua mobilização para as lutas que inevitavelmente se imporão para o sucesso da ação reivindicativa exigem que se aprofunde a ligação do SPGL às escolas/agrupamentos, nomeadamente através do reforço da eleição de delegados sindicais de modo a poder ser revitalizado o funcionamento da Assembleia de Delegados Sindicais, e de campanhas de sindicalização. Nesse sentido, a Assembleia Geral de Sócios do SPGL, reunida a 24 de novembro:

- apela a que todos os agrupamentos e escolas não agrupadas designem representantes – preferencialmente o delegado sindical - para o Encontro Nacional de Professores, a decorrer no próximo dia 7 de dezembro no auditório da Escola de Medicina Dentária de Lisboa.
- sublinha a necessidade de todos os dirigentes, delegados e ativistas se empenharem no aumento do número de sócios e na manutenção, como associados, dos docentes que se aposentam.

A Direção do SPGL